

---

NEGOCIAR



74 Exame | setembro 2017



# “Relação entre Estado e privados é promíscua”

É conhecido pelas críticas às políticas económicas do Governo moçambicano, pelas quais já foi processado. O economista Carlos Castel-Branco não só não desiste como insiste. E prevê uma “bolha económica” / Texto **Cristina Peres** / Fotos **Alberto Frias**

“Economia política e recursos naturais: a ‘maldição’ está na abordagem” era o título da apresentação que o economista moçambicano fez no ISEG, em Lisboa. A propósito, conversou com a EXAME sobre a crise económica que Moçambique vive, em contraciclo com a expectativa criada pela exploração de recursos naturais. Carlos Castel Branco explica o processo, especificando que o seu estudo se centra no debate em torno dos recursos naturais e do seu contributo para o desenvolvimento das economias. “Maldição” e “bênção” são, portanto, epítetos inadequados. O que os torna numa ou noutra coisa é que importa, sustenta.

**Defende que os problemas identificados com os recursos naturais estão primariamente ligados a outras questões. Quer explicar?**

São outras questões que existem dentro da economia, das sociedades e na relação destas com o mundo em geral que estão na origem desses problemas. As sociedades que criam as estruturas de acumulação dentro das quais a utilização dos recursos naturais acontece é que são responsáveis. Apresento o problema, na segunda parte rejeito a teoria que cria o argumento da maldição ou da bênção. Por fim, faço uma breve utilização do caso de Moçambique para identificar questões à volta da exploração dos recursos naturais. A pergunta é: como é que os recursos naturais entraram com tanto peso nas prioridades de desenvolvimento

da economia e como é que as motivações para integrar esses recursos criaram as dinâmicas de crise que se seguiram?

**Ao fazer este resumo pensou em África? Na Região Austral? Ou pensa em desenvolvimento?**

Não, penso no debate. É verdade que ele está normalmente concentrado nos países em vias de desenvolvimento, porque existe o pressuposto de que os países que não têm recursos naturais não têm maldição, senão não seriam desenvolvidos. Posso dizer que Moçambique é um país rico em recursos naturais, como gás, carvão, etc., mas a Austrália também tem. O ponto é que uma economia subdesenvolvida como Moçambique não tem outras coisas além destas e a Austrália tem, não depende do carvão e do gás. Defino um país rico em recursos naturais através do peso que eles têm na sua economia. A escolha recai sobre economias subdesenvolvidas, porque são as que não têm outros recursos e estão mais dependentes de atividades primárias. O debate centra-se nestas economias, que tendem a ter mais problemas, tensões, desequilíbrios e maior corrupção. Estão reunidas todas as condições para se dizer que as duas coisas estão relacionadas, o que é uma análise espúria. Em nenhum momento há uma teoria que explique esta causalidade. Isto serve para introduzir uma abordagem de economia política do desenvolvimento como maneira mais interessante de fazer a discussão. A abordagem foca aspetos sociais, económi-

cos e políticos que são primários das estruturas de acumulação e onde os recursos naturais se integram, entre outros.

**Estamos a falar do Estado?**

Não só do Estado, mas do conjunto das relações económicas, sociais e políticas. E do país relacionado com a região e com o mundo. São fatores estruturantes dos quais depende o destino dos recursos naturais.

**Pode dizer-se que a exploração de recursos naturais, ou a sua rentabilização, em Moçambique teve pouco peso na crise e que o país atravessa?**

O meu argumento não é que a exploração tem pouco peso, mas que faz parte de outras coisas. Em Moçambique, o ponto de partida não são os recursos naturais. Alguns anos após a independência, o enfoque da política e das dinâmicas económicas passou a ser o de formação de classes capitalistas nacionais, o que colocou desafios. O fim do *apartheid* na África do Sul, por exemplo, abriu as portas à globalização do capital sul-africano, até então sob pressão das sanções internacionais. A globalização começa pela região e quaisquer movimentos de construção de uma dinâmica capitalista, de privatização de empresas, de captação de sistemas financeiros, etc., iam ser dominados pelo capital mais forte sul-africano. Isso desafiou as elites políticas moçambicanas a tornarem-se capitalistas. No final dos anos 80, princípios de 90, Moçambique estava sob um estrito ▶



► programa de ajustamento económico semelhante ao que a *troika* trouxe a Portugal. O programa impedia o rápido desenvolvimento de um empresariado e de uma classe capitalista que precisava de muito apoio em finanças, tecnologia e capitalização. Em 1989/1990, o diretor do Banco Mundial foi a Moçambique e fez uma apresentação em que dizia que era preciso "libertar da trela" o sector privado. Onde estava o sector privado? No fim da trela não havia cão. Havia que criá-lo.

**Qual foi a estratégia?**

Começou a criar-se uma forte ligação entre o capital nacional emergente e o capital internacional de grande escala, num contexto em que, logo após a independência, o Estado se tornou proprietário dos principais meios de produção. O Estado detém os recursos, há pressões do sistema financeiro internacional e pressões para criar capitalistas nacionais. Estes últimos têm influência sobre o Estado, porque os candidatos a capitalistas emergentes vêm da elite política do país. A estratégia foi de expropriação. O Estado deu-se a si a tarefa histórica de se expropriar a favor da criação de uma classe capitalista nacional. Na primeira onda havia três mil empresas, 1.500 foram privatizadas, o Estado entrou em mais 1.500 e 80% desse total foram privatizados para moçambicanos, com subsídio implícito. No entanto, muitos desses ativos eram obsoletos, pois aquelas pessoas não tinham experiência nem capital e, portanto, em dois, três anos, 45% dessas empresas faliram e fecharam.

**Terminou aí?**

Veio a segunda onda de expropriação do Estado, resultante da convicção de que para o desenvolvimento destas classes capitalistas era preciso ligá-las ao grande capital internacional. O fator de captação foram os recursos estratégicos do país: gás, ouro e carvão. O Estado pôs à disposição do capital multinacional os seus recursos. A mina de rubis passa para o general Raimundo Pachinuapa [antigo combatente], para que seja seu agente. É ele que vai negociar, ficando sócio dessa empresa multinacional. E vende a mina de rubis a um preço extremamente baixo, para que fique acessível à burguesia nacional. Este é o mecanismo! Os recursos nacionais foram



B. I.

**Diagnóstico da política económica**

**Nome**  
Carlos Nuno Castel-Branco

**Vida e formação**  
Nascido em Maputo em 1960, de nacionalidade moçambicana, foi combatente das Forças Populares de Libertação de Moçambique (1977-1983), trabalhou no Departamento de Política Económica no Comité Central do partido Frelimo (1983-1989) e foi assessor do ministro da Indústria e Energia (1989-1990). Diplomado em Estudos de Desenvolvimento da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), pós-graduou-se em Desenvolvimento Económico e fez um mestrado em Desenvolvimento Industrial e em Desenvolvimento Económico, doutorando-se em Economia na Universidade de Londres com a tese *Economia Política da Política Industrial: o caso de Moçambique*.

**Carreira**  
Diretor de Investigação no Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), onde coordena o Grupo de Investigação sobre Economia e Desenvolvimento. Professor associado em Desenvolvimento Económico e Industrialização na UEM. Investigador associado do Departamento de Estudos de Desenvolvimento do SOAS (School of Oriental and African Studies). Investigador sénior honorário associado do IDPM (Institute for Development Policy and Management) da Universidade de Manchester. Professor associado visitante na Lisbon School of Economics and Management (ISEG). Áreas de trabalho: economia política do crescimento e transformação económicos e sistemas sociais de acumulação de capital em Moçambique e África Subsariana.

passados sem uma perspetiva estratégica e a baixo custo. O problema seguinte foi não haver minas, gás, gasodutos suficientes para todos os candidatos a capitalistas, porque somos 23 milhões de moçambicanos. Escolheram-se então as elites políticas, os seus filhos, a lealdade ao partido, o que também tem implicações políticas. É a partir daí que quem queira ter acesso ao negócio tem de entrar na família política.

**Diz que a terceira onda de expropriações do Estado passou por "reduzir custos e riscos e aumentar a velocidade de recuperação de investimento para o capital estrangeiro". Como se fez isso?**

Uma das maneiras foi passar os recursos a preços muito baixos, outra foram os incentivos fiscais, outra, as parcerias público-privadas em que o Estado ficou com os custos do processo, outra, a transferência de infraestruturas públicas para o carvão. Por exemplo, a linha de caminhos de ferro e o Porto de Nacala passaram para gestão privada a custo quase zero. A empresa Vale, que domina a produção de carvão na província de Tete, recebeu do Estado a linha férrea de Nacala através de um empresário privado nacional como concessão. Foi este que a passou à Vale, recebendo desta muitos milhões, e tirou a parte desses milhões que deveria ter pago ao Estado pela concessão. Fez um lucro de 10 ou 15 milhões de dólares numa transação em que não apostou nem fez absolutamente nada. O processo foi justificado como capitalização de capital nacional. A legislação atual dá à Vale o direito de cobrar a outros a utilização daquela linha, uma linha que é do Estado! Este é um exemplo de redução de custos e redução de riscos. Outra coisa que é característica no caso de Moçambique é que nós demos concessões enormes, que são consideradas, mesmo pelo banco nacional, demasiado grandes para empresas privadas.

**Quer dar um exemplo?**

Uma grande concessão é o gás. Um perito em recursos naturais de origem iraquiana, que trabalha na política do gás da Noruega e é muito consultado, diz que raramente viu no mundo concessões tão grandes serem dadas a uma só empresa. Desaconselhou o Governo moçambicano a fazê-lo. Em presas como a Eni sabem que vão ter de fazer milhares de milhões de dólares de



investimento, a recuperar numa década e meia ou duas, o que é arriscado numa economia frágil. Os empresários podem pegar na concessão e vender metade das ações a chineses, indianos, etc. Continuam donos de parte considerável dos recursos, mas já se capitalizaram, já pagaram os seus custos e obtiveram retornos. Quem perde é Moçambique. Tudo o que sobra é uma eventual renda. Naquela época, o Estado envolveu-se com o investimento de grande envergadura nas infraestruturas e serviços privados e públicos para apoiar estas indústrias de gás e outros recursos minerais. Isso rapidamente acelerou o endividamento público.

#### **E o resto da economia?**

Foi sacrificada. Criou-se uma classe capitalista e uma classe média nacional de gestores médios muito comprometidas com estes recursos minerais e energéticos e com o capital internacional. Estabeleceram-se relações muito próximas entre o Estado e o capital privado. O Presidente da República, os ministros, os diretores nacionais ou os seus familiares são todos sócios de empresas do ramo no qual trabalham no Estado! Há quem argumente que esta promiscuidade pública-privada é positiva, porque serviu para criar uma classe capitalista. Há quem defenda que custou a ruína do Estado. Moçambique entrou em crise. Já em 2010 se previa que, mantendo aquele caminho, por volta de 2011/2012 chegaria a um ponto crítico. E que por volta de 2014/2015 entraríamos em insolvência no que diz respeito à dívida pública. Houve sempre expectativa de que os retornos do gás e do carvão pagariam isto, mas era uma expectativa muito irrealista.

#### **A exploração de gás, carvão e outros recursos não era ainda muito incipiente?**

Completamente! A única extração de gás é a de Inhambane, um buraco no chão que tem um gasoduto e mil quilómetros direto para uma refinaria da Socoil na África do Sul, que transforma o gás em combustíveis líquidos. Emprega 150 ou 200 pessoas. Há quem defenda que a melhor maneira de tornar esta indústria rentável é criar uma força que ataque o gasoduto. Vai ser preciso criar uma força de defesa, que pode gerar emprego. [Risos.] E esse gás é vendido na África do Sul ao preço mais baixo do mundo, muito abaixo do preço de mercado.



## **A estratégia foi de expropriação. O Estado deu-se a si próprio a tarefa histórica de se expropriar a favor da criação de uma classe capitalista nacional**

#### **A economia ganha muito pouco com isso. O que se esperava?**

O ponto é que todo este processo é construído à volta de expectativas. O endividamento público, o processo de compromisso do Estado com o capital para manter as expectativas de longo prazo. Todos os estudos indicavam que os primeiros retornos da indústria de hidrocarbonetos não viriam antes de 2020. E já estavam comprometidos com o pagamento do investimento e da dívida assumida pelas obras feitas. Se se previa que a crise da dívida seria em 2014/2015 e os primeiros retornos cinco anos mais tarde, como virer entretanto? É onde estamos. Ainda não chegou nada do gás e carvão e neste momento o *stock* da dívida já excede o produto interno bruto. E o país não tem possibilidade de pagar o serviço da dívida. Uma economia criada à volta de expectativa, uma "bolha económica". Há um processo de especulação de expectativas que o Estado manteve ativo e vivo através do seu estímulo financeiro para continuar a estimular as expectativas.

#### **Acabou sem ter começado sequer a render? O que se segue?**

Sim, é uma bolha. A bolha expande, mas vai ficando com paredes cada vez mais fi-

nas. Primeiro vem a explosão, que é a crise, depois vem a implosão, que é o ajustamento, com a contração do emprego, do investimento. A quarta onda de expropriação, que já não é só do Estado, mas também da sociedade, é o programa de austeridade social. Criámos uma crise para sustentar o processo de crescimento rápido das oligarquias nacionais, e essa crise está agora a ser paga pelo Estado e pela sociedade através dos programas de austeridade social. Isso vai fragilizar ainda mais o resto da economia das pequenas e médias empresas. Posso argumentar que os recursos naturais são negativos para Moçambique? Não! Os recursos naturais foram usados de determinada maneira e depois houve que sustentar a estratégia completamente extractiva da economia. É a economia política de Moçambique que é o problema.

#### **Pode falar à vontade sobre a oligarquia moçambicana sem ter problemas?**

Costumo falar à vontade. É verdade que de vez em quando vou a tribunal e a polícia secreta vai lá a casa...

#### **Isso é-lhe indiferente?**

Diga eu o que disser, é indiferente, acontece na mesma. [Risos.] Os dados existem. O general Alberto Chipande [figura histórica de Moçambique] controla uma multitude de negócios e usa a sua família. A filha do Guebuza [Presidente de Moçambique de 2005 a 2015], que foi assassinada, era a Isabel dos Santos [filha do Presidente de Angola] de Moçambique...

#### **Até que ponto o conflito no Norte compromete o país?**

Compromete o país inteiro! A componente ilícita da dívida são 2,5 mil milhões de dólares, cerca de 25% do *stock* de dívida nacional, um montante justificado pela defesa e segurança nacional. Como se trata de meios de defesa e segurança que visam primariamente defender o país da Renamo... [Risos.] A Renamo é justificação para tudo. As despesas com o armamento são ilícitas porque não passaram pelas instituições de soberania nacional, porque a Renamo está lá representada... Portanto, é muito satisfatório para a Frelimo ter a Renamo e é satisfatório para a Renamo ter a Frelimo, porque a Frelimo é o que toma a Renamo viva. ●

